



A trajetória de Alberto Pasqualini antes do "teórico do trabalhismo": background, entrada e estratégias de ascensão na politica-partidária (1928-1937)

Alberto Pasqualini's trajectory before the "labour theorist": background, entry and ascent strategies in the political-party (1928-1937)

La trayectoria de Alberto Pasqualini antes del "teórico del laborismo": background, entrada y estrategias de ascenso em la politica-partidaria (1928-1937)

Diego Orgel Dal Bosco Almeidai

Resumo: O artigo que segue objetiva apresentar aspectos significativos da trajetória política inicial de Alberto Pasqualini entre 1928 e 1937. Trata-se do período em que ocorreram diversos realinhamentos entre as forças políticas nos níveis estadual e nacional que acompanharam a projeção da figura política de Getúlio Vargas, sua alçada à presidência da República em 1930 e o reforço de seu poder a partir de 1937. Além disso, foi nesse mesmo período que Alberto Pasqualini sedimentou as bases da construção de sua figura pública, através da qual ficaria conhecido enquanto "homem de pensamento", imagem construída a partir dos recursos simbólicos obtidos pelo acesso junto à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como aluno laureado e professor, um background estrategicamente manejado nos diferentes cenários que se apresentaram no período 1928-1937.

Palavras-chave: Alberto Pasqualini. Ascensão. Background. Estratégias.

Abstract: The article presents significant aspects of Alberto Pasqualini's initial political trajectory between 1928 and 1937. It is a period in which there were several realignments between the political forces at the regional and national levels that accompanied the projection of the political figure of Getúlio Vargas, your arrival in the presidency of the Republic in 1930 and the reinforcement of this power form 1937. In addition, it was during this same period that Alberto Pasqualini laid the foundations for the construction of his public figure, through which he would become known as a "man of thought", image built from the symbolic resources obtained by access to the Free School Law of Porto Alegre as a laureate student and teacher, background strategically managed in the different scenarios presented in the period 1928-1937.

Keywords: Alberto Pasqualini. Ascent. *Background*. Strategies.

Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar aspectos significativos de la trayectoria política inicial de Alberto Pasqualini entre 1928 y 1937. Este es um período de varias realineaciones entre las fuerzas políticas a nível regional y nacional que acompañaron la proyección de la figura política de Getúlio Vargas, su llhegada a la presidência de la República

em 1930 y el refuerzo de su poder a partir de 1937. Además, fue durante este mismo período cuando Alberto Pasqualini sentó las bases para la construcción de su figura pública, a través de la cual se le coneceria como um "hombre de pensamento", imagens construída a partir de los recursos simbólicos obtenidos por el acceso a la Facultad Libre de Derecho de Porto Alegre como um estudiante laureado y maestro, background gestionado estratégicamente em los diferentes escenarios presentados em el período 1928-1937.

Palabras clave: Alberto Pasqualini. Ascenso. Background. Estrategias.

Introdução

"[...] Pasqualini dá de si mesmo o retrato de pensador" (FRANCO, 1994, p. 9). Foi assim que Itamar Franco, na ocasião presidente da República, sintetizou a trajetória de Alberto Pasqualini. A frase do então presidente compunha uma coletânea de textos e documentos que, sob o patrocínio do Senado Federal e organizada pelo senador Pedro Simon, homenageava Pasqualini. "Pensador", "intelectual", "teórico" e "doutrinador" são expressões recorrentes na coletânea publicada em 1994. Os quatro volumes, que reúnem pronunciamentos, discursos parlamentares, além de excertos da "doutrina trabalhista", obedecem a uma sequência cronológica, de seu nascimento em 1901 até sua morte em 1960. Chama atenção, no entanto, que tudo aquilo que se estabeleceu na vida pública de Alberto Pasqualini, anterior ao seu ingresso no PTB e ao seu reconhecimento enquanto "doutrinador" e "teórico", antes de 1945, portanto, aparece integrado a um eixo temático intitulado "bases do trabalhismo" (SIMON, 1994). Diminuto em número de páginas na coletânea, pode-se dizer que a pouca importância dada a esse período da sua trajetória tem explicação. De fato, Pasqualini tornou-se mais reconhecido devido a sua atuação no PTB a partir de 1945. Colaborou para isso tanto sua aproximação a Getúlio Vargas e algumas outras lideranças importantes da época, quanto sua ascensão ao importante cargo de senador, a candidatura ao governo estadual do Rio Grande do Sul em dois pleitos, além da publicação, cuja primeira edição foi de 1948, daquela que seria considerada sua "obra doutrinária": Bases e Sugestões para uma Política Socialⁱⁱ. O único cargo que Pasqualini se elegeu foi o de senador, do qual só se afastaria em função do agravamento de sua saúde em 1954. Pasqualini tornou-se conhecido como o portador da "doutrina do trabalhismo", cuja valorização foi amplamente repercutida em textos biográficos de cunho político-memorialistaⁱⁱⁱ a exemplo das coletâneas organizadas por Pedro Simon (1994) e Milton Dutra (1986).

O "teórico do trabalhismo" também foi destacado nos principais estudos sobre o PTB produzidos e publicados entre os anos 1980-1990. Nesses trabalhos, em geral do campo de estudos das ciências políticas, a relevância foi dada ao papel de Pasqualini como "ideólogo"

e "intelectual" do partido, responsável por sua "doutrina" e "programa". A atuação de Pasqualini no PTB também funcionou enquanto demarcadora de espaço de atuação articulados entre as escalas regional/nacional (BODEA, 1992) ou de fases pelas quais teria passado o partido ao longo de toda sua história entre 1945 e 1964 (DELGADO, 1989) iv.

Embora Pasqualini tenha prefigurado nos trabalhos de pesquisa pioneiros sobre o PTB, especialmente nos estudos de Miguel Bodea (1992) e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), muito pouco ainda se pesquisou sobre qual teria sido, afinal, o papel propriamente político desempenhado por Pasqualini e sua "doutrina" além da etiqueta de "intelectual". Só muito recentemente trabalhos têm se voltado a repensar a atuação das lideranças do PTB sob prismas diferenciados de abordagem que não cabem nos "métodos de classificação" das interpretações pioneiras de Bodea e Delgado (BOMBARDELLI, 2016, p. 80). No que toca especificamente aos estudos acerca da atuação de Alberto Pasqualini, pode-se dizer que há, mais recentemente, um investimento historiográfico que busca compreender, por exemplo, o seu protagonismo enquanto candidato trabalhista ao governo estadual no Rio Grande do Sul nos pleitos realizados em 1947 e 1954 (ANGELI, 2016; 2017). Ainda que essas pesquisas tenham permanecido sob o recorte cronológico predominante em relação à atuação de Pasqualini restrita ao PTB, as novas considerações acerca de seu papel como candidato buscam escapar de uma visão reduzida às "funções" de "teórico" ou de "doutrinador", recorrentemente atribuídas a Pasqualini sem maiores questionamentos. Vale destacar, ainda, os trabalhos de pesquisa de Roberto Bittencourt da Silva (2012) e Carlos Roberto da Rosa Rangel (2009) que, por caminhos diversos, também buscaram mobilizar uma compreensão da atuação política de Alberto Pasqualini contextualizando o papel desempenhado por sua "doutrina" inserida no jogo político-partidário.

Não necessariamente recusando o entendimento de Pasqualini como "intelectual", mas questionando sua abrangência em relação à sua atuação, o artigo que segue objetiva apresentar aspectos significativos da trajetória política inicial de Alberto Pasqualini no período entre 1928 e 1937. Trata-se do período em que ocorreram diversas remodelações no quadro partidário estadual e nacional relacionadas aos sucessivos realinhamentos das forças políticas que acompanharam a projeção da figura política de Getúlio Vargas, sua alçada à presidência da República em 1930 e o recrudescimento de seu poder a partir de 1937. Além disso, foi nesse mesmo período que Alberto Pasqualini começou a sedimentar as bases da constituição de sua figura pública, através da qual ficaria conhecido enquanto "homem de pensamento", imagem construída a partir dos recursos simbólicos obtidos pelo acesso junto à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como aluno homenageado e professor.

Para adequada compreensão de sua atuação no período 1928-1937 considera-se pertinente a utilização do conceito teórico de "trajetória" que busca compreender a "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes" (BOURDIEU, 2006, p. 183-191), tendo em vista, justamente, o cenário de remodelamento do quadro político-partidário e o realinhamento das forças políticas do contexto. Ainda que não se trate de apresentar o estudo de um grupo social ou político, nem mesmo de um indivíduo especial – ou "extremo" em relação ao contexto – entende-se que a trajetória de Pasqualini entre 1928-1937 apresenta-se de modo exemplar, contribuindo para se pensar como esse personagem mobilizou determinados recursos na busca de sedimentar sua figura pública ao mesmo tempo em que tratou de manejar sua inserção em um jogo político marcado por alterações e realinhamentos.

Além disso, ao apresentar os principais aspectos da trajetória política inicial de Alberto Pasqualini, considera-se um elemento ainda pouco trabalhado pelos estudos que se detiveram a esse personagem que é a forma como se deu sua entrada no espaço político. Ao estudar os modos pelos quais indivíduos são "escolhidos", "recrutados" ou se tornam "aptos" à vida pública, Michel Offerlé (2011) buscou, a partir da própria "imprecisão da atividade" – a política – compreender o que, afinal, caracterizou "as modalidades diversas de constituição do pessoal especializado na gestão dos assuntos políticos" (OFFERLÉ, 2011, p. 85). Tornase central a noção de "background" como referência importante para se pensar os recursos então considerados "desejáveis" para se assumir lugares nos espaços políticos. Ou seja, para se compreender a entrada de Pasqualini na política é necessário entender quais seriam os elementos de seu background e porque, afinal, seus recursos foram valorizados e constituíram não somente seu ingresso, sua entrada, mas também sua permanência na política-partidária (OFFERLÉ, 2011, p. 95).

Considerando que os bacharéis egressos dos cursos de direito desempenharam, desde a independência política de Portugal em 1822, papel-chave na estruturação do Estado brasileiro, com a "formação" do pessoal considerado portador do background necessário para compor seus quadros dirigentes e que passaram a ocupar uma posição social que lhes permitia e os legitimava a agir politicamente: a simbiose entre posição e ação garantiria aos egressos dos cursos de direito destaque entre os grupos que integravam o aparelho burocrático do Estado e, por consequência, um lugar privilegiado dentre as lideranças políticas (VENÂNCIO FILHO, 1977, p. 40-45; ADORNO, 1988, p. 154-155; CARVALHO, 1996, p. 72-74.). Esse background guarda relação com o que Sérgio Adorno (1988), no que diz respeito aos seus estudos sobre a Academia de São Paulo, denominou como a criação de uma

nova postura, uma nova forma com a qual os egressos se relacionavam com a vida política e social. Noções como "prudência" e "moderação" passaram a ser consideradas como uma espécie de modelo de atuação em espaços de poder (ADORNO, 1988), situação que não deixava de ser semelhante ao que ocorria na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (GRIJÓ, 1998), lugar da formação de Alberto Pasqualini como bacharel em direito em 1928. O diploma de bacharel em direito, ao lado de outros como os de medicina ou engenharia, concedia, além do prestígio inerente em uma época em que o acesso ao ensino era bastante restrito, a possibilidade de que o egresso viesse a ocupar uma série de cargos públicos que pressupunham formação jurídica ou poderiam garantir seu ingresso no jogo político com mais chances de sucesso. Para Pasqualini, representou um meio de ascensão e uma espécie de "passe" para sua entrada no jogo político-partidário. O diploma era um "bem raro" – um meio de "abrir as portas da sociedade" aos jovens formandos (GRIJÓ, 1998, p. 78-79). Na ocasião de sua formatura, recebeu ainda uma "láurea acadêmica" por ter concluído o curso de modo notabilizado na comparação com seus colegas^{vi}. Na prática, o que ocorria era de o estudante ser convidado a tornar-se professor da instituição, tendo mais um espaço de prestígio a ocupar, o que aconteceu, de fato, com Pasqualini em 1935, quando ingressou na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como professor do curso, na disciplina de Introdução ao Direito. Sua atuação como egresso laureado, advogado e professor acompanhou sua trajetória política inicial no período 1928-1937.

A entrada na política: o background do bacharel em direito no cenário de inserção de novas lideranças

Para se compreender a entrada de Alberto Pasqualini na política, é necessário entender o cenário de mudanças no quadro político-partidário no estado do Rio Grande do Sul. Pasqualini ingressou no PL, partido criado em 1928, em um contexto marcado por muitas redefinições que vinham se delineando já desde fins de 1923-1924. Os anos 1920, quando Pasqualini era ainda um estudante da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, foram marcados pela Guerra Civil de 1923 e pela assinatura do Pacto de Pedras Altas em 1924. Dois eventos que marcavam o gradual declínio do modo de fazer política dos republicanos e de Borges de Medeiros na supremacia do poder estadual, desenhando-se um novo cenário, mais propício para surgimento ação de novas lideranças.

Até o fim dos anos 1920 – e durante praticamente toda a Primeira República – a política no estado do Rio Grande do Sul foi substancialmente definida pela violência e pelo comando

do PRR. Os republicanos vinham consolidando sua influência desde o fim do período monárquico. Conquistaram a supremacia no controle do poder estadual depois do fim da Guerra Civil de 1893. O caso da permanência de Borges de Medeiros no poder estadual é exemplar da supremacia do PRR: salvo alguns momentos de intervalo, Borges governou o Rio Grande do Sul durante todo o período 1898-1927. A Constituição de 1891 não limitava a reeleição do presidente do estado, o que garantia sua permanência legal. A mudança no texto da Constituição de 1891 se deu somente depois da Guerra Civil de 1923. A assinatura do Pacto de Pedras Altas fechou o acordo que, afinal, impediria Borges de Medeiros de se reeleger novamente (BALBINOT, 2017). Ainda assim, temendo que os republicanos aliados a Borges de Medeiros pudessem descumprir o acordo, em 15 de janeiro de 1924, poucos dias depois da assinatura do Pacto, em São Gabriel, uma reunião entre federalistas e republicanos dissidentes, sob a liderança de Assis Brasil, buscou formar um bloco de oposição que ganhou o nome de Aliança Libertadora – uma coligação que desempenhou o papel tanto de organizar um bloco de oposição efetivo em relação à predominância do PRR, quanto de combater a permanência ou qualquer tentativa de Borges de Medeiros de se perpetuar no governo estadual.

Com a impossibilidade de que Borges pudesse concorrer ao cargo novamente, em 1927, os republicanos escolheram o nome de Getúlio Vargas para disputar a presidência do estado e João Neves da Fontoura como vice-presidente. A Aliança Libertadora aderiu ao nome de Vargas, na época visto enquanto um político de perspectiva conciliatória, pois via, na possibilidade de sua eleição, o aumento de seu raio de influência política sobre o governo estadual. Concretizada a eleição de Vargas à presidência do estado, em 1928, a Aliança daria lugar ao partido. Os aliancistas fundaram, em 3 de março de 1928, em Bagé, o Partido Libertador. Getúlio Vargas, na presidência do estado, atenderia às expectativas dos libertadores, intervindo pessoalmente contra resistências locais para transferir cargos a membros do PL por ocasião das eleições municipais. Vargas garantiu aos libertadores sete cadeiras na Assembleia dos Representantes, "quando, até então, possuíam direito a apenas seis assentos" (LAPUENTE, 2018, p. 48). Ainda que o PL não creditasse seu apoio irrestrito ao novo governo, houve um aumento de seu raio de atuação e a quebra do continuísmo representado pelos governos do republicano Borges de Medeiros. Assim, o partido de Pasqualini ganhava, ao longo dos anos 1920, cada vez mais peso no quadro políticopartidário estadual, delineando um terreno propício para a ação de lideranças que até então não compunham efetivamente o cenário histórico das forças políticas no estado do Rio Grande do Sul.

A entrada de Pasqualini no quadro político-partidário local também acompanhou a projeção nacional da figura política de Getúlio Vargas. A formação da FUG (Frente Única Gaúcha) materializou a união, ainda que relativa, entre as forças políticas estaduais: PRR e PL deram seu apoio para que Vargas fosse alçado como candidato à presidência da República ainda em 1928. O clima relativamente pacífico entre PRR e PL, depois da eleição de Vargas à presidência estadual, possibilitou que o Rio Grande do Sul tivesse mais peso na disputa que até então era restrita aos estados de Minas Gerais e São Paulo. As disputas internas, entre federalistas e republicanos, que marcaram praticamente todo o período da Primeira República, enfraqueciam o peso político do Rio Grande do Sul no cenário nacional de disputas pelo poder (LEVINE, 1980). Essa situação se modificou a partir da década de 1920 e principalmente depois de 1928 quando da criação da FUG e de novas expectativas da elite política do Rio Grande do Sul de alçar ao poder no cenário nacional. Ou seja, a formação da FUG representava tanto a participação do Rio Grande do Sul com mais força no jogo político federativo, já que era único estado unificado na campanha presidencial, quanto as possibilidades de que os libertadores pudessem vir a participar de maneira efetiva da distribuição do poder no jogo político federativo. Naquele momento, contar com Vargas na presidência da República poderia significar o aumento ainda maior do raio de participação dos libertadores no governo, tal qual como acontecia no cenário estadual. Nas eleições presidenciais de 1930, beneficiou o Rio Grande do Sul a insistência de Washington Luís em indicar Júlio Prestes como seu sucessor, quebrando o pacto de alternância de poder entre Minas Gerais e São Paulo e levando os mineiros a apoiarem a candidatura de Vargas. O assassinato de João Pessoa e as suspeitas de fraude nas eleições que deram a vitória a Júlio Prestes fizeram surgir um movimento armado. Ainda que com alguns dissensos, a FUG apoiou o movimento revolucionário de 1930 que efetivamente levou Getúlio Vargas à presidência da República. Pasqualini, na ocasião do movimento armado, assumiu o posto de "Major fiscal" no porto da cidade de Porto Alegre (DUTRA, 1986).

Pasqualini conviveu com a hegemonia dos grupos ligados a Borges de Medeiros durante todo o período em que foi aluno na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Seu discurso de formatura guarda relação não somente com o papel que deveria assumir, no plano político-partidário, o bacharel em direito; mas, adequadamente contextualizado, deve ser lido como um momento que marca a entrada de Alberto Pasqualini na política-partidária depois da quebra do continuísmo representado pela figura política de Borges de Medeiros e sua supremacia no poder estadual, momento propício para que o jovem egresso pudesse converter seu "background" como egresso da Faculdade Livre de Direito e aluno laureado. 1928,

especificamente, mostrou-se duplamente marcante para o jovem bacharel Alberto Pasqualini: não só concluía seu curso de bacharel como também detinha a oportunidade de aproveitar a situação de redefinições entre as forças políticas estaduais para garantir sua entrada no jogo político-partidário. O cenário de redefinições, de um ponto de vista mais amplo, também se dava em função de transformações econômicas e sociais que fizeram surgir reivindicações coletivas de caráter mais abrangente que foram gradativamente sendo assimiladas pelas correntes ideológicas (LOVE, 1995, p. 228). O quadro econômico, relacionado ao descontentamento das elites ligadas à pecuária, já era crítico em fins dos anos 1920. A retração no consumo de produtos primários no mercado internacional desestimulava a economia estadual, já que o Rio Grande do Sul dependia do mercado interno (PESAVENTO, 1980, p. 23-25). A exaustão do modelo borgista e o surgimento de uma oposição mais coesa em torno do novo partido, o PL, acendia uma nova perspectiva política para o Rio Grande do Sul. O partido representava a quebra do continuísmo borgista e tornava-se o espaço propício para jovens lideranças que entravam nos embates da política-partidária, como Alberto Pasqualini. Esse cenário de redefinições foi marcado pelos acordos entre as oposições e pela projeção estadual e, depois, nacional da figura política de Getúlio Vargas.

A campanha para deputado federal: tentativas de projeção em cenários instáveis e estratégias de afirmação do background de "nova liderança"

Em 1934, em campanha eleitoral que percorreu várias cidades do estado do Rio Grande do Sul, Alberto Pasqualini lançava-se candidato a deputado federal. Dois pontos marcaram esse momento de sua trajetória: as tentativas de projeção em cenários instáveis que guardam relação com os interesses não atendidos do PL e o realinhamento das forças políticas estaduais; e a afirmação de sua figura pública de nova liderança associada a um "homem idealista", manejada em sua campanha eleitoral a partir do caso do assassinato de Waldemar Rippol, fato que acentuou o tom de disputa daquele pleito. Dentre os discursos mais destacados realizados por Pasqualini durante a campanha eleitoral, os da cidade de Pelotas foram, sem dúvida, os que tiveram maior repercussão na imprensa da capital. O Correio do Povo registrou dois de seus discursos na cidade. O primeiro, na sua chegada, no dia 29 de agosto e o segundo, mais 30: realizado dia solene. no **Teatro** Guarany no

No dicionário da República Nova muitas palavras inverteram a sua significação. Não podendo ocultar as próprias misérias a ditadura tentou disfarça-las, trocando as palavras que as descrevem. Haverá hoje ainda alguém que duvide das realidades que correspondem às expressões "posto de sacrificio", "espírito revolucionário", "obra revolucionária", "dinamismo construtor",

"cumprimento do dever", "bem público", "prática do bem", "desprendimento" e "desapego às posições" e muitos outros sarcasmos que o poder atira à face do povo? [...] um gesto pode ser uma redenção. Nós não guardamos rancores, não nos move a raiva, não nos alimenta o ódio. As nossas palavras não são de agressão, mas de legítima defesa. Não somos ofensores, somos ofendidos, não somos atacantes, mas atacados. Mais do que nós, mais do que nossos partidos, atacado, ofendido e agredido é o próprio Rio Rio Grande do Sul!^{vii}

O discurso carregava um tom "insurgente". A euforia pela ascensão de Vargas à presidência da República dava lugar as insatisfações daqueles que o haviam apoiado no movimento revolucionário. A crescente centralização política e administrativa imposta pelo presidente da República, o impasse sobre a questão da reconstitucionalização do país e o remodelamento das oposições nos cenários estadual e federal marcaram o período. É a partir desses três pontos complementares que se pode compreender o contexto no qual se deu a campanha eleitoral de Alberto Pasqualini à Câmara Federal em 1934.

No ponto principal do rol das insatisfações, a gradual subordinação dos processos políticos regionais preexistentes ao aparato de controle técnico-burocrático foi pouco a pouco gerando descontentamentos, reacendendo "as antigas divergências da tradicional bipolarização partidária no estado" (COLUSSI, 1996, p. 55). A autonomia estadual ficava cada vez mais dependente do governo federal, assinalando um período marcado pelo conflito e formação de novas alianças entre os segmentos que tomaram o poder em 1930 (CAMARGO, 1983).

O remodelamento das forças políticas no plano estadual pode ser visto a partir da nomeação, pelo presidente da República, do interventor José Antônio Flores da Cunha, que reverberou negativamente entre os membros da FUG. A opção de Vargas por Flores da Cunha não foi consensual entre os republicanos e menos ainda entre os libertadores. Um dos motivos principais da rejeição dos libertadores se deu, devido ao "alijamento das instâncias de poder que o PL sofreu" (LAPUENTE, 2018, p. 54), pois esperavam receber "recompensas" com cargos no governo. Flores da Cunha nomeou um libertador apenas, sendo que o partido esperava pelo menos duas pastas. Se já a partir de 1930 a FUG se mostraria descontente em relação ao tratamento dispensado pelo governo federal a seus membros, além de viver uma relação nem sempre amistosa com o interventor estadual; em 1932 a FUG romperia definitivamente com o governo estadual e federal em função do acirramento dos debates em torno da constitucionalização do país, fomentados pela revolta paulista de 1932.

A constitucionalização do país apresentava-se, desde 1930, como um dos grandes problemas para a FUG que mostrava seu descontentamento em relação a ausência de uma

posição mais objetiva do presidente da República. Ainda que prometida por Getúlio Vargas, a possibilidade foi sendo adiada pelo presidente, tornando-se, gradualmente, a "reivindicação catalisadora" (TRINDADE, 1980, p. 105) que reuniria de novo a oposição ao governo federal no estado do Rio Grande do Sul. Se os descontentamentos vinham desde a posse de Vargas, em 1930, foi, sem dúvida, em 1932, que se deu o rompimento de alguns líderes da FUG do apoio formal ao Governo Provisório, em função da derrota da revolta dirigida pela elite política de São Paulo que defendida a instalação de uma Assembleia Constituinte. Derrotado o levante paulista de 1932, no Rio Grande do Sul, o então interventor Flores da Cunha, em aceno positivo ao presidente Vargas, rompeu com o PRR, criando um novo partido, o PRL (Partido Republicano Liberal), garantindo a manutenção do apoio estadual ao Governo Provisório e combatendo os dissidentes nos planos estadual e federal. Assim, o interventor estadual do Rio Grande do Sul tornava-se um "aliado mais do que necessário" ao presidente Vargas (CAMPOS, 1995, p. 25).

A FUG passou, com a derrota do movimento paulista em 1932, para a "oposição antigetulista e antiflorista" (TRINDADE, 1980, p. 155). A candidatura de Pasqualini a deputado federal refletia o interesse dos libertadores em entrar no jogo político federativo. Reflete, em parte, a situação complexa do estado do Rio Grande do Sul depois da ascensão de Vargas ao poder nacional. Por ser o estado que "saía vitorioso" tornava-se o melhor posicionado junto governo federal. No entanto, os grupos que apoiaram o movimento de 1930 desejavam ampliar seus espaços de influência e poder. Em contrapartida, para que o presidente da República exercesse domínio sobre seu estado natal, necessitava manejar os arranjos entre as principais forças políticas, o que causava descontentamentos entre os seus apoiadores. Portanto, o tom de certa maneira "insurgente" do discurso de Alberto Pasqualini situa, em boa parte, o cenário daquela eleição: os descontentamentos da FUG com o governo federal e com o interventor estadual.

O pleito de 1934 foi marcado também pelo assassinato de Waldemar Ripoll, uma jovem liderança dos libertadores, cujo nome ganhava projeção como opositor declarado de Flores da Cunha. Ripoll ingressou no PL em 1929, quando ainda cursava direito na Faculdade Livre de Porto Alegre. Contemporâneo de Pasqualini na instituição, Ripoll já detinha reconhecimento público como redator do jornal O Estado do Rio Grande, que funcionava como um "posto de combate" (FLORES, 2009) dos libertadores em oposição aos republicanos. Seu ingresso no PL pode ser situado de modo semelhante ao de Alberto Pasqualini: jovem bacharel com o background considerado necessário a assumir postos de liderança na política-partidária. O PL, como já colocado, representava um espaço de atuação

política que "quebrava" com a continuísmo representado pelo domínio borgista até 1928, espaço propício, portanto, para a atuação política de novas lideranças que não faziam parte, até então, da arena de embates pelo poder no estado do Rio Grande do Sul.

Embora inicialmente Ripoll fosse apenas um "disciplinado e tradicional membro do partido [...] à medida que ascendia na direção partidária, sua participação começou a distinguir-se..." (RANGEL, 2001, p. 33). Ainda jovem, em novembro de 1930, Ripoll já era redator oficial do jornal dos libertadores ao lado de nomes como os de Anor Butler Maciel, Armando Fay de Azevedo, Mário de Sá e Mem de Sá, todos dirigidos por Raul Pilla e Assis Brasil (RANGEL, 2001, p. 34). Assassinado a machadadas, em 31 de janeiro de 1934^{viii}, o caso repercutiria na imprensa durante todo aquele ano, incluindo as suspeitas sobre o envolvimento da família do interventor Flores da Cunha no ocorrido, tornando-se, portanto, balizador daquela eleição. Os discursos de Pasqualini foram inflamados pelo caso que balizava as peças do jogo político naquela corrida eleitoral. Rippol foi lembrado por Pasqualini um dia antes do discurso no Teatro Guarany, logo na chegada do candidato a cidade de Pelotas:

O Rio Grande não é despotismo, barbarismo, tirania, incultura e caudilhismo. O Rio Grande é o estoicismo de Borges de Medeiros, o idealismo de Raul Pilla, as palavras de Neves da Fontoura, a lealdade de Maurício Cardoso, a rebeldia de Batista Luzardo, o sacrifício de Waldemar Rippol, glória imortal de todos aqueles que lutaram, de todos aqueles que morreram pela sua fé, honra e libertação^{ix}.

Waldemar Ripoll despontava enquanto um jovem e combativo líder do PL, depois de sua morte ficaria ainda mais marcado como um "idealista". Sua atuação foi fortemente explorada na campanha de 1934. A própria repercussão do caso na imprensa durante todo o ano de 1934 fez com que o assunto balizasse os discursos da eleição. Ripoll não só era membro do mesmo partido de Pasqualini, como também era egresso da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. De fato, Pasqualini fazia parte de um grupo que, assim como Waldemar Ripoll, havia entrado para o espaço político depois da conclusão do curso de bacharel em direito, possivelmente seduzidos por aquilo que Odalgiro Correa^x, chamou de "ideologias políticas da quadra histórica [que] apaixonavam as universidades da capital" (RANGEL, 2001, p. 33). O background de jovem liderança aproximava Ripoll e Pasqualini.

Seu assassinato, bem como toda a repercussão do caso na imprensa, fez com que sua figura política se associasse simbolicamente, no plano dos discursos, à figura de um jovem "idealista", próximo do que Ortiz (1994, p. 76) entende por "ideal" e "ideias" que "transformariam o mundo e os homens" (ORTIZ, 1994, p. 76). O "caudilhismo" referido por

Alberto Pasqualini, associava-se ao termo específico pelo qual Waldemar Ripoll buscou se referir ao então interventor Flores da Cunha em textos publicados em O Estado do Rio Grande e em cartas enviadas aos líderes da FUG sobretudo aos libertadores. O "caudilhismo" seria o oposto da "civilização", ou seja, enquanto Flores representava a "barbárie", as jovens lideranças políticas, a exemplo de Pasqualini e Ripoll, buscavam se afirmar no novo cenário de remodelamento do jogo político estadual. Seriam, então, os representantes da "civilização" opostos, portanto, ao "atraso" do interventor, com qual compartilhavam muitas desavenças. É possível afirmar que, naquele momento, Pasqualini publicamente se voltava contra o interventor. Vale ressaltar que durante as eleições de 1933, com o intuito de manter seu partido na supremacia do poder estadual, Flores da Cunha tentou impugnar a candidatura de Pasqualini e de outros membros da FUG como Ariosto Pinto, Nicolau Vergueiro, Arnaldo Faria, utilizando sua influência pessoal no ministério da Justiça manobrando junto a Antunes Maciel Jr. (LAPUENTE, 2018, p. 62).

Assim, Alberto Pasqualini combinava, no plano simbólico, uma postura de forte oposição ao interventor estadual, ao mesmo tempo em que se utilizava da construção da figura política de Ripoll, construída a partir da exploração do caso de seu assassinato pela imprensa: nova liderança, jovem e idealista. Pasqualini, no entanto, ainda não se elegeria naquele pleito. Embora tenha se interessado em participar do jogo político federativo, seguindo a orientação de seu partido em busca de maiores espaços de atuação e influência, teria sua estreia parlamentar apenas no ano seguinte, em 1935, ao se eleger vereador em Porto Alegre.

Um "conhecedor de leis e estatutos" na Câmara Municipal e um interlocutor do presidente da República na conspiração que derrubou Flores da Cunha

O cenário que se estende entre os anos de 1936 e 1937 correspondeu a uma série de novas alterações no jogo político estadual. A partir dos pleitos eleitorais de 1933/1934, quando o PRL de Flores da Cunha se fez majoritário nos municípios do Rio Grande do Sul, a aliança entre os governos estadual e federal começou a ser abalada. Flores da Cunha passou a tentar se projetar na política nacional e aumentar seu raio de influência no âmbito federal^{xi}. Em 1935, essas investidas de Flores da Cunha, naquela altura já governador eleito por ampla maioria de votos e não mais interventor nomeado pelo presidente, geraram fortes atritos entre os governos estadual e federal. Novamente, Vargas precisaria tentar recompor a aliança com a FUG, antiga aliada de 1930 e cujos membros, no novo cenário que se apresentavam em

1935, encontravam-se, em sua grande maioria, na oposição ao governo federal.

Do ponto de vista institucional, por outro lado, a constitucionalização do país em 1934 e do Rio Grande do Sul em 1935 fez com que o cenário se mostrasse propício para novas possibilidades de atuação política. A AIB (Aliança Integralista Brasileira) e a ANL (Aliança Nacional Libertadora) delineavam-se como os dois polos radicalizados daquele contexto (VIANA, 2003, p. 13-38) que se abria devido à constitucionalização. No estado do Rio Grande do Sul, uma das consequências do cenário de radicalização política foi a tentativa de uma aproximação entre governo e oposição. A FUG buscou "estabelecer um diálogo" com Flores da Cunha. A "pacificação do Rio Grande" (TRINDADE, 1980, p. 53), pela perspectiva da FUG, buscava se aproximar do governo no sentido de evitar as ameaças de fórmulas mais radicais de participação política, mas também objetivava uma atuação maior da oposição no governo. O acordo entre as forças políticas estaduais ficou conhecido como "modus vivendi", ainda que, na prática, tenha sido de duração bastante efêmera, considerando as dificuldades de entendimento mais definitivo entre as oposições e o governo. O "modus vivendi" foi assinado em 17 de janeiro de 1936, depois de muitas idas e vindas e várias divergências. Embora não fosse um acordo político, mas de ordem administrativa, o "modus vivendi" teve, ao menos, o papel de criar um relativo ambiente de apaziguamento entre as correntes partidárias, ao menos de modo formal (LAPUENTE, 2017).

A partir de 1936 e durante praticamente todo o ano de 1937, Alberto Pasqualini exerceu as funções de vereador em Porto Alegre. Eleito pelo PL em 1935, assumia uma cadeira na Câmara Municipal ao mesmo tempo em que se projetava como uma liderança de seu partido. Já no início de 1936, Pasqualini passou a ocupar o prestigiado cargo de secretário-geral, aproximando-se de lideranças ainda mais expressivas como Raul Pilla e Batista Luzardo (LAPUENTE, 2018). O "modus vivendi", de certa forma, balizou sua atuação nesse período. Primeiro, porque os termos do acordo de pacificação, em vários pontos, excluíam o critério político-partidário e a ingerência dos partidos nas instituições. Segundo, devido a fragilidade prática do acordo, o presidente Vargas precisou recompor suas bases de apoio político para enfrentar as investidas do governador Flores da Cunha, que não devia mais o seu cargo ao "chefe".

Dentre os termos do acordo de pacificação constava o combate a qualquer tipo de ingerência político-partidária nas instituições de caráter público^{xii}. Pasqualini teve, a partir daí, mais uma oportunidade de manejar seu background e imagem pública como um "conhecedor de leis e estatutos", além de toda uma retórica de autonomia, neutralidade e universalidade associadas ao direito, inserindo-se com sucesso nos debates travados no

plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, devido à fragilidade prática do acordo de pacificação e a necessidade de Vargas recompor sua base de apoio no âmbito estadual, Pasqualini tornou-se um "informante" do presidente da República, na estratégia que conspirava a derrubada de Flores da Cunha, antes um aliado que, no novo cenário, tornava-se um obstáculo para o domínio de Vargas em seu estado natal.

No plenário da Câmara Municipal, os vereadores discutiam diversos assuntos: desde obras públicas, ações da prefeitura até a colocação de nomes em novas vias que eram construídas na cidade. No contexto da crise econômica dos anos 1930, que assolava o país e o Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1980) outro assunto que ocupava o teor das discussões tinha relação com a concessão de descontos ou o cancelamento de dívidas da população com os cofres públicos municipais. Pasqualini se inseria nos debates por meio de apartes, via de regra chamando atenção de seus colegas acerca dos aspectos jurídicos envolvidos na discussão:

- O Sr. Alberto Pasqualini Peço a palavra, Sr. Presidente.
- O Sr. Presidente Tem a palavra o nobre vereador.

O Sr. Alberto Pasqualini – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, pedi a palavra para fazer algumas observações em torno do que acaba de dizer o ilustre Vereador e Professor Pereira Filho. O cidadão João Pedro Agostini, dizendo-se proprietário de vários chalés, alega que tem compromisso em vende-los a operários e que de acordo com as cláusulas contratuais esses operários são obrigados a satisfazer os impostos prediais que recaem sobre os referidos chalés. Como, porém, pela falta de trabalho, muitos operários não puderam atender a essa obrigação, vem ele requerer o cancelamento da dívida predial. Mas Sr. Presidente, eu pergunto, onde é que existe prova neste processo de que operários tenham realmente contratado a compra dos chalés e assumido o compromisso de pagar impostos prediais?xiii

As intervenções de Pasqualini foram bastante frequentes em todo o período em que atuou na Câmara Municipal de Porto Alegre. Muitas vezes, quase de uma maneira impertinente, Pasqualini intervia nas falas dos outros vereadores para apontar equívocos de interpretação, mais ainda quando estavam relacionados à utilização "inadequada" dos dispositivos legais. O plenário da Câmara, no qual Pasqualini não se furtaria a utilizar os recursos adquiridos da oratória, "trunfo fundamental que instrumentalizava os ganhos culturais e escolares em termos de possibilidade de aparescência" (GRIJÓ, 1998, p. 95) tornava-se o palco mais propício para o manejo desses recursos:

O Sr. Pereira Filho – Não existe prova alguma; existe a informação da Comissão de Sindicância.

O Sr. Alberto Pasqualini – A Comissão de Sindicância simplesmente declara haver constatado no local a existência de 24 chalés de madeira com contrato de promessa de venda a operários e neles residem com suas famílias. A Comissão, por ventura, examinou esses contratos? Analisou as suas cláusulas?^{xiv}

Se por um lado, Pasqualini parecia respeitar à risca a pretensa universalidade das leis longe dos expedientes político-partidários, suas falas, que não detinham propriamente uma linguagem jurídica, ainda que chamassem atenção para as leis, os estatutos e para a dimensão jurídico-legal dos assuntos, também foram utilizadas para reprimir qualquer tentativa de projeção das lideranças liberais em nível municipal. A sessão realizada em 11 de maio de 1937 é bastante ilustrativa do modo pelo qual o vereador Pasqualini buscou reprimir as manifestações de caráter político-partidário do PRL. A discussão era sobre a aprovação de uma homenagem dos funcionários municipais a um vereador eleito pelo PRL que se projetava no âmbito municipal, Jayme da Costa Pereira. A homenagem se configurava na instalação de um retrato do vereador nas dependências da Câmara de Porto Alegre:

O Sr. Alberto Pasqualini – Desejo perguntar se a homenagem é extensiva à Câmara.

O Sr. Presidente – É extensiva à Câmara, porém concretizada na pessoa do Sr. Jayme da Costa Pereira, Presidente desta Casa, mas vou submeter à votação da Casa, exclusivamente a homenagem pessoal, ao vosso ilustre presidente. Está em votação.

O Sr. Alberto Pasqualini – Neste assunto, Sr. Presidente, nada temos a deliberar.

O Sr. Presidente – Temos que consentir na colocação do retrato do Sr. Jayme da Costa Pereira numa das salas da Câmara. [...]

O Sr. Presidente – Não pus em votação a homenagem dirigida à Câmara, mas sim dirigida ao Dr. Jayme da Costa Pereira, Presidente desta Casa, que consiste na colocação de seu retrato em uma de nossas salas. Em toda parte, assim se faz. Na Faculdade de Medicina não se coloca um retrato em uma das salas, não se permite que o corpo discente homenageie um Professor sem que o Conselho Técnico seja ouvido.

O Sr. Alberto Pasqualini – Isso na Faculdade. [...] eu compreendo a nobre intenção que tiveram os Srs. Funcionários municipais ao desejar prestar esta homenagem. No que respeita propriamente a Câmara, tomada coletivamente, desejaria que ela ficasse apenas na intenção, porquanto quero lembrar aos meus nobres colegas ser esse mesmo Estatuto do Funcionalismo, por cuja elaboração e votação nos são trazidos esses agradecimentos, que veda ao funcionalismo homenagear os seus superiores hierárquicos^{xv}.

Ao cumprir, ao menos publicamente, a parte do acordo de pacificação no que se relacionava à separação entre os assuntos de cunho político-partidário e as instituições públicas e sua dimensão jurídica, Pasqualini buscou se inserir nos debates travados no plenário da Câmara de Porto Alegre a partir do background relacionado aos recursos de um bacharel em direito poderia fazer uso. Ao mesmo tempo, utilizou-se do expediente técnico-jurídico e de seu papel como "conhecedor de leis e estatutos" para reprimir as manifestações de lideranças do PRL em âmbito municipal. Assim, uma mobilização do "background" se associava a um modo específico de exercer oposição político-partidária em relação ao PRL.

Em março de 1936, pouco tempo depois da assinatura do acordo de pacificação - o

"modus vivendi" – algumas das principais lideranças da FUG iniciaram uma série de contatos com o presidente da República visando a desarticulação do governo de Flores da Cunha no estado do Rio Grande do Sul. O acordo mantinha-se do ponto de vista formal, mas, na prática, não conseguia modificar o clima de indefinição no jogo político estadual com "atitudes táticas de ambos os lados" (TRINDADE, 1980, p. 255). Pasqualini, nesse cenário, assumiu uma posição de interlocutor do presidente. Informava, através de cartas a Getúlio Vargas acerca da situação e das posições das lideranças da FUG em relação ao governo estadual:

O dr. Mauricio Cardoso tem ponto de vista idêntico ao meu e creio que ele descreveria tudo o que eu disse a V. Exa. e aprovaria de um modo geral o plano de ação esboçado no esquema que V. Exa. tem conhecimento, menos na parte referente ao trabalho de dissociação da F.U. por entender que, no momento oportuno, ela estará integralmente ao seu lado. As inclinações do dr. Maurício pelo governo federal são manifestas, as minhas seriam mais condicionadas se estivesse em seu lugar. Faço a comparação, não para colocar o meu pensamento no plano político do pensamento do dr. Mauricio, mas tão somente para que V. Exa. [...] possa ter um ponto exato de referência. Excusado (sic) será dizer a V. Exa. que não me apresentei aos dois chefes frentistas como um agente do governo federal. Tal posição além de ingrata seria incompatível com meu temperamento. Limitei-me apenas a declarar-lhes que eu enviaria a V. Exa., como prometera, as minhas impressões xvi.

Alberto Pasqualini admitia a incumbência de um informante pessoal do presidente em relação às posições em relação às posições assumidas pelos membros da FUG, dentre eles os antigos membros do PRR. Era, afinal, um "agente do governo federal" que atuava de modo informal, embora não se apresentasse publicamente dessa maneira. A menção de Pasqualini ao teor de um "plano de ação" do qual Vargas já teria tomado conhecimento refere-se a um plano de desestabilização do governo de Flores da Cunha e que acabava com o pacto de pacificação assinado em janeiro daquele mesmo ano. Nesse "plano", que teve a participação de Pasqualini na sua elaboração, desenhava-se o delinear gradual das ações da oposição que, naquela altura, não só incluía membros da FUG, contando com nomes como os de Raul Pilla do PL e Mauricio Cardoso do PRR; como também alguns dissidentes liberais, a exemplo de Benjamin Vargas, irmão do presidente, e Loureiro da Silva, importante nome do PRL estadual. Conforme o "plano", à FUG ficava reservado, o combate ao acordo estadual de pacificação – "o modus vivendi" – ressaltando suas "incoerências" e "imoralidades"; os dissidentes liberais, a conselho do próprio Pasqualini, deveriam apenas fazer "restrições" pontuais ao pacto, mas publicamente aceitá-lo; por fim, o governo federal deveria manter-se "vigilante", tomando medidas "discretas" de caráter militar e fortalecer seu prestígio no âmbito estadual. A finalização do "plano" ocorreria com a aceleração do desmantelamento da FUG em função de sua aliança com o governo federal junto aos dissidentes liberais para derrubar Flores da Cunha^{xvii}. No que diz respeito à dissidência liberal, por exemplo, o teor das missivas enviadas por Pasqualini a Vargas revela a intensa participação do vereador do PL na articulação do "plano de ação":

Tive também ocasião de trocar ideias com o deputado Loureiro da Silva. Ele concordou em gênero número e caso com o esquema a que acima me referi. Naturalmente, não o apresentei como um plano definitivo e autorizado de ação, mas desvi-me (sic) dele apenas com um test (sic) político para verificar at´que ponto os nossos parlamentares coincidiam. A dissidência liberal existe, e, o que é mais grave, será obrigada a definir-se por ocasião da reabertura dos trabalhos na Assembleia. Falta, entretanto, organizá-la e nucleá-la, afim de poder, eventualmente, articular-se com a F.U.. É evidente que os dissidentes liberais só poderão agir apoiados, isto é, em conformidade com o pensamento de V. Exa., ou, pelo menos, não contra ele. Julgo que seria de grande interesse a ida de Loureiro da Silva ao Rio. Ele poderia esclarecer a posição exata dos elementos do PRL [...] anseiam por uma nova era – era de moralidade, de justiça e de paz verdadeira viii.

Os entendimentos entre Loureiro da Silva e o grupo pró-Vargas, que se formou já nos primeiros meses de 1936, ocorreram sobretudo pela influência ativa de Pasqualini, que buscou apoio também no PRR, via Mauricio Cardoso, valendo-se, neste caso, de sua proximidade com o chefe republicano que era também professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

Em 1937, outra missiva de Alberto Pasqualini, dirigida ao presidente, dava conta do agravamento da situação política estadual, apresentando quais seriam as "soluções" para o tenso quadro político que se apresentava. O teor da carta se detinha à intensificação do quadro de disputas e à erosão da base política de Flores da Cunha tendo em vista a dissidência liberal e gradual isolamento político do governador. Assim, o último ano que precedeu a instauração do Estado Novo marcava a redefinição de toda a estrutura dos partidos. Se a desagregação já vinha acontecendo desde o acordo de pacificação em 1936, passado um ano, iniciou-se um processo ainda mais intenso de "desarticulação interna das organizações partidárias" (TRINDADE, 1980, p. 254). Os três principais partidos, PRL, PRR e PL tornaram-se palco de cisões profundas.

Ao mesmo tempo em que se discutia, em 1937, a sucessão presidencial, no estado do Rio Grande do Sul, a grande questão passava a ser a possibilidade de substituição de Flores da Cunha. Pasqualini informava ao presidente da República os posicionamentos da FUG acerca da sucessão presidencial, atrelando ao quadro de forças política no âmbito estadual:

O Partido Libertador mantem-se absolutamente coeso e com a atenção voltada para a situação do Estado. [...] o diretório, que se reunirá nesta terça-feira, manterá, certamente, o Partido afastado de qualquer posicionamento prematuro em matéria de sucessão presidencial. Qualquer atitude do Partido nesse sentido será, necessariamente, condicionada pela situação política local. A coesão da Frente Única é perfeita^{xix}.

A oposição, no âmbito estadual, já desacreditada de seu potencial a partir de um poder constitucionalmente instituído, passou a apelar para uma solução que, segundo eles, deveria vir do governo federal. Defendiam uma intervenção. A situação se agravava dia a dia. O cotidiano do legislativo estadual foi se tornando dificultoso para os deputados da FUG e dissidentes liberais que sofriam ameaças de policiais e elementos subversivos que eram ligados ao grupo político do governador Flores da Cunha. Esses grupos agiam de formas diversas, inclusive "interrompendo discursos e entrando armados na Assembleia" (TRINDADE, 1980, p. 259). Houve o esvaziamento das sessões, não só devido ao fato de alguns deputados sentirem-se ameaçados, mas também pelo próprio esvaziamento de sentido que a via legislativa como uma arena de decisões representava naquele momento específico (LAPUENTE, 2018). O teor da missiva de Pasqualini a Getúlio Vargas torna-se ilustrativo da crise política pela qual passava o plano estadual. O vereador do PL entendia que havia três soluções para a crise: a parlamentar, a eleitoral e a heroica. Se às duas primeiras Pasqualini deixaria clara suas ressalvas, à última reservaria como sendo a opcão mais viável:

[...] Solução parlamentar: Esta solução pressupõe a conservação da maioria na Assembleia. Embora exista maioria para eleger a Mesa, pode entretanto verificar-se a defecção de certos elementos no momento de ser empreendida uma ação vigorosa. Trata-se, portanto, de uma situação instável, de um fator que pode falhar [...] solução eleitoral: [...] diretamente depende da solução do problema presidencial, deve ser conduzida tendo em vista o plano de Flores [...] assegurada a aliança com o governo do centro, que importará em reciprocidade e apoio, o Flores terá o tempo suficiente para "estraçalhar" a dissidência, "limpar o Rio Grande dos getulistas", investir energicamente contra a F. U. e, consolidando definitivamente o P.R.L., garantirá vitória nas competições eleitorais do Estado. É, como se vê, um plano fácil de ser inutilizado. Dependerá exclusivamente do futuro presidente da República. [...] Solução heroica: à medida policial deveria seguir-se, imediatamente, as seguintes providências: a) passagem ao comandante da Região da execução do estado de guerra; b) convocação da Brigada de serviço do Exército; c) divulgação imediata pela imprensa dos motivos que determinaram a medida; d) pronunciamento das correntes políticas do Estado apoiando a ação do governo federal. [...] a surpresa e o pânico impediriam, por si, qualquer possibilidade de reação. Esta, aliás, estaria afastada pela interferência de outros fatores. Este plano, que exige o mínimo de cooperação política, assegura maior liberdade de movimentos ao governo federal^{XX}.

O gradual isolamento político de Flores da Cunha se deu, em parte, pela questão da sucessão presidencial polarizada nas candidaturas de Armando Salles Oliveira e José Américo de Almeida. Quando uma ofensiva passou a ser direcionada a Salles, Vargas optou, sem maiores comemorações, pelo nome do outro candidato, Américo de Almeida, que recebeu imediatamente apoio da FUG e da dissidência liberal no plano estadual no Rio Grande do Sul. Flores da Cunha e o restante do PRL apoiavam-se na candidatura de Salles de Oliveira. Além disso, o cerco militar ao governador tornava-se mais concreto com a vinda de Daltro Filho para o comando da região militar com sede em Curitiba em julho.

Posteriormente, o general Eurico Gaspar Dutra solicitou a Flores uma relação do material bélico que o estado deveria devolver ao Exército. A substituição de Lúcio Esteves por Daltro Filho no comando da III.ª região militar ao mesmo tempo em que Flores da Cunha ia perdendo espaço político ocupado pelo seu partido na Assembleia sinalizavam que a solução da crise pendia, cada vez mais e de modo incontornável, para uma intervenção federal no Rio Grande do Sul (LAPUENTE, 2017). A intervenção foi uma medida defendida por Pasqualini no conteúdo de suas cartas ao presidente Vargas. A saída de Flores da Cunha apontava, do ponto de vista do governo federal, para a retirada de um dos últimos obstáculos ao predomínio do poder do presidente da República em seu estado natal, ao mesmo tempo em que abria caminho para a instauração do regime do Estado Novo no plano nacional.

Se no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre um retórica da autonomia e da neutralidade do direito em relação aos assuntos político-partidários foi frequentemente imposta por Pasqualini, tendo prevalecido na grande maioria de seus discursos e apartes; nos bastidores, não deixaria de participar, de modo ativo, da costura dos acordos entre as forças políticas estaduais e das conspirações que visavam adversários políticos, como no caso de Flores da Cunha, então governador do Rio Grande do Sul. Seu papel fundamental, enquanto informante e articulador do presidente da República no estado do Rio Grande do Sul em um momento onde uma grave crise política, derrubou o último obstáculo de Vargas para afirmação definitiva de seu poder no plano estadual, construindo as bases para o golpe de 1937 e a implementação do regime do Estado Novo.

Considerações finais

Alberto Pasqualini, "teórico do trabalhismo". Foi esse, sem dúvida, e epíteto pelo qual sua figura pública ficou amplamente reconhecida. Essa etiqueta passou da memória à história e apenas muito recentemente vem sendo revisitada em uma perspectiva menos definitiva. Pasqualini, além da conhecida "função" que teria desempenhado no PTB, teve também uma atuação eminentemente política como candidato por duas vezes a um cargo executivo, de governador do estado do Rio Grande do Sul, sendo eleito para senador em 1950, função da qual só se afastaria em função do agravamento de sua doença. Pesquisas recentes, portanto, têm questionado a abrangência do conceito teórico de "intelectual" que fora recorrentemente aplicado ao personagem. Antes de seu ingresso no PTB e da projeção de sua figura pública

em escala nacional, Pasqualini teve uma atuação política inicial que não esteve a salvo das contendas do jogo político federativo. Tendo concluído o curso de direito em 1928, filiou-se ao PL adentrando nos embates políticos de um contexto bastante mutável que acompanhou a projeção da figura política de Getúlio Vargas primeiramente em escala estadual e posteriormente nacional.

Pasqualini fez parte de grupo de jovens lideranças que, tendo obtido o background considerado necessário para entrar na política-partidária e nela permanecer com alguma possibilidade de sucesso, enfrentou as contendas e as idas e vindas do jogo político das forças que disputavam espaços de influência e poder no âmbito estadual e nacional. Entre 1928 e 1937 ascendeu em projeção como uma liderança dentro de seu partido, ao mesmo tempo em que se consolidava sua figura pública. Conjugando o background aos diferentes realinhamentos que se apresentavam foi se projetando no cenário político estadual até se aproximar mais efetivamente de Getúlio Vargas entre os anos de 1936-1937. No percurso político inicial de Pasqualini, longe de um "teórico" ascético, visualiza-se um estrategista político relativamente astuto que desempenhou um papel importante no cenário de crise do governo de Flores da Cunha que, afinal, abriu caminho para a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937.

Pensar a trajetória política inicial de Alberto Pasqualini, para além de entender seu protagonismo ao longo dos anos 1920-1930, significa considerar como se construiu sua figura pública ligada à ideia de "homem de pensamento" ou "de ideias", como colocou o expresidente Itamar Franco na apresentação da coletânea organizada pelo então senador Pedro Simon. Ou seja, entender como Pasqualini tornar-se-ia, depois de 1945 até a metade dos anos 1950, o "teórico" e "doutrinador" do trabalhismo.

Referências

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AMORÓS, Antônio Hijo. *Caudillismo salvage*. 4.ed. Rivera: Vanguardia, 1991.

ANGELI, Douglas Souza. Eleições, partidos e ideias. In: *Anais do XIII Encontro Estadual de História*, ANPUH-RS, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul-RS, 2016.

ANGELI, Douglas Souza. O candidato do povo: imagem, mobilização e popularidade nas campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini (1947-1954). In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.

BALBINOT, Jonas. *De Borges a Vargas*. Mudanças de rumos na política gaúcha (1922 a 1928). Passo Fundo: Méritos, 2017.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB*: da formação do partido ao "Trabalhismo Renovador". Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 167-182.

CAMARGO, Dilan D'Ornelas. *Centralização e intervenção*: padrão político e institucional do Estado Novo no Rio Grande do Sul – o Conselho Administrativo do Estado. Dissertação. Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1983.

CAMPOS, Derocina Alves. *Flores da Cunha X Getúlio Vargas*: da união ao rompimento. Dissertação. Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora Relume Dumará, 1996.

COLUSSI, Eliane L. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: Editora da UPF, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O PTB do getulismo ao reformismo. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1989.

DUTRA, Milton. (Org.). O Trabalhismo de Pasqualini. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

FLORES, Ericson. *Um posto de combate e uma tribuna de doutrina*. O Partido Liberal e o jornal "O Estado do Rio Grande". Dissertação. Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo (UPF), 2009.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969.

FRANCO, Itamar. Um intelectual na política. In: SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini*. Obra social & política. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1994. p. 9-12.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"*. Dissertação. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1998.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Com a espada de Dâmocles*: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha. Curitiba: Prismas, 2018.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas* – os anos críticos: 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

OFFERLÉ, Michel. Los ofícios, la prefesión y la vocación de la política. *PolHis*, Ano 4, n. 7, 2011. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis7_offerle.pdf. Acesso em 2 de dezembro de 2019.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. RS: economia e poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini. *Em tempo de Histórias* – Publicação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, n. 14, jan./jun. 2009. p. 49-75.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e Castigo*: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938). Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

SILVA, Roberto Bittecourt da. *Alberto Pasqualini*: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini*. Obra social & política. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1994, 4 Volumes.

TRINDADE, Hélgio. *Revolução de 30*: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1977.

VIANA, Marly de Almeida G. Vianna. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). *O Brasil Republicano*: o tempo do nacional-estatismo. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 63-106.

Submetido em: 30/09/2019 Aprovado em: 07/11/2019 Publicado: 23/12/2019

_

ⁱ Doutor em História PUC/RS (2015); Mestre em História UPF (2007); Bolsista de Pós-doutorado em Educação (PNPD/Capes) UNISC.

ii A referida "obra doutrinária" teve três edições. A primeira, em 1948, apenas um ano depois de Pasqualini ter sido derrotado na eleição para governador no estado do Rio Grande do Sul; a segunda, em 1954, quando Pasqualini novamente foi derrotado na eleição para o governo estadual; e, por último, em 1994, mesmo ano de publicação da

coletânea organizada por Pedro Simon. A referência à primeira edição é: PASQUALINI, Alberto. *Bases e Sugestões para uma Política Social*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948.

- iii Grijó (2008) enfatiza que as obras de cunho memorialístico/memorialista trazem importantes informações para as pesquisas historiográficas, embora não possam ser consideradas como textos de história. Em geral, seus autores estão mais preocupados com sua própria inserção na narrativa que contam e, não raras vezes, o tom dessa narrativa é "heroico". Não se pode tomar essas obras como referências estanques, sem o cruzamento com outros tipos de fonte de pesquisa.
- iv É possível dizer que em ambos os trabalhos de pesquisa, Delgado e Bodea, a atuação de Pasqualini é definidora de aspectos significativos na história do PTB. Para Delgado (1989), a atuação de Pasqualini como intelectual do partido demonstraria o enfraquecimento do getulismo, aspecto significativo da primeira fase de formação do PTB. Para Bodea (1992) a atuação de Pasqualini demonstraria a diferença da seção estadual do "PTB gaúcho", a única que teria absorvido uma corrente doutrinária, herança ideológica do positivismo.
- ^v A noção de "background" remete, nas considerações de Michel Offerlé (2011) a uma leitura específica e cruzada do sociólogo francês Pierre Bourdieu e da cientista política Pippa Norris. Offerlé demonstra ressalvas em relação aos conceitos teóricos de "capital pessoal" e de "capital político" bem como sua conversão no "campo político" entendendo que nenhum deles pôde, ainda, ser efetivamente demonstrado na prática. A noção de "background" oferece a mesma lógica de usos metodológicos sem, contudo, se comprometer integralmente com a teoria dos campos proposta por Bourdieu.
- vi A concessão da "láurea" foi uma prática das faculdades de direito desde o período monárquico. Em geral, em uma sala denominada de "panteão" em referência ao panteão romano ficavam expostos os retratos dos egressos laureados. No caso da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, todos os alunos laureados desde 1909 tornaramse, em algum momento de suas trajetórias, professores da instituição, além de assumirem cargos dirigentes nos quadros do Estado. A sala foi "inaugurada" com o primeiro aluno laureado, Maurício Cardoso. A ocasião teve convidados a um "jantar de gala" e ganhou destaque nos jornais da capital, Porto Alegre. O laureado entrava "nos embates da vida profissional e pública, por uma porta de ouro" (FONTOURA, 1969, p. 111-112).
- vii Correio do Povo, Porto Alegre, 30 de agosto de 1934, p. 8-12.
- viii Supostamente o assassinato de Waldemar Ripoll se deu sob orientação de Camilo Alves, um funcionário de Chico Flores, irmão do interventor estadual Flores da Cunha. Desconfianças pairavam sobre a família de Flores da Cunha. Ao que parece, Ripoll pretendia denunciar, por meio do jornal O Estado do Rio Grande, o envolvimento do interventor estadual com o contrabando na fronteira. (AMORÓS, 1991; RANGEL, 2001).
- ix Correio do Povo, Porto Alegre, 29 de agosto de 1934, p. 8.
- ^x Odalgiro Correa foi colega de Waldemar Ripoll. Seu depoimento foi transcrito por Rangel (2001, p. 33) e originalmente publicado no jornal *O Nacional* de Passo Fundo em 6 de fevereiro de 1934, p. 4.
- xi Flores da Cunha interferiu em questões de ordem interna de vários estados, procurou ter ingerência, inclusive, em assuntos ligados aos militares, até então reservados ao presidente da República, pressionando, por exemplo, para que o General Góis Monteiro fosse demitido do Ministério da Guerra. (TRINDADE, 1980).
- xii Dentre as principais diretrizes do acordo estavam: i) vedar todo critério político-partidário para o provimento de cargos, incluindo o chefe de Polícia, oportunidade na qual o governador deverá sempre ouvir os secretários. ii) apurar responsabilidades de funcionários que venham a valer-se dos cargos para exercer pressão político-partidária em favor de um partido sobre seus subordinados; iii) instaurar e renovar inquéritos policiais procedidos com referência a crimes de natureza política nos últimos pleitos municipais, designando para presidi-los autoridades policiais isentas; iv) prover os cargos por concurso excluído o critério político-partidário. Sobre isso ver: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de janeiro de 1936.
- xiii *Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, volume referente ao ano de 1936, p. 297-300.
- xiv Idem.
- ^{xv} *Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, volume referente ao ano de 1937, p. 390-398.
- xvi Arquivo Getúlio Vargas (AGV). CPDOC/FGV. GVc1936.03.12.
- xvii Arquivo Getúlio Vargas (AGV). CPDOC/FGV. 1936.04.08-1.
- xviii Arquivo Getúlio Vargas (AGV). CPDOC/FGV. GVc1936.03.12.
- xix Arquivo Getúlio Vargas (AGV). CPDOC/FGV. GVc1937.04.00-1.
- xx Idem.